

## **Para além do imaginário cientificista:**

### **Um caso de diálogo entre história e psicologia social**

João Gilberto da Silva Carvalho  
Doutorando, Psicologia – PPGP/UFRJ

**Resumo:** o artigo faz uma reflexão acerca dos pontos de contato entre a teoria das representações sociais e a história. O rompimento do paradigma científico clássico tem permitido a aproximação entre as ciências e o surgimento de novas e arrojadas perspectivas de trabalho. Há temas que demandam aportes transdisciplinares, como é o caso de análises sobre identidade, imaginário, modernidade, entre outros. Em nosso trabalho, o diálogo tem se mostrado promissor e mais uma possibilidade de alargamento de campo à teoria das representações sociais, que tem produzido pesquisas em áreas tão distintas, como a educação, a saúde, entre outras.

**Palavras-chave:** representações sociais, identidade, imaginário.

## 1. Introdução

História e psicologia são áreas do conhecimento humano que não costumam dialogar com frequência. No passado de uma psicologia centrada no indivíduo e de uma história que se contentava com fatos tal diálogo era realmente impossível. Mas os novos tempos e seus desafios exigem abordagens alternativas e, eventualmente, rompimento de barreiras. Ao eleger as representações sociais para nortear minha pesquisa, senti a necessidade de buscar aporte em outras áreas, especialmente na história e na sociologia. E encontrei, como era de se esperar, dificuldades e incompreensões, geralmente ditadas por essa mesma tradição que carece na atualidade de valor heurístico. As reflexões a seguir constituem-se num esforço de superar tais dificuldades e assim promover um diálogo que julgo necessário, pelo menos em termos da pesquisa que desenvolvo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que será mais adiante explicitada. Estudos em representações sociais podem ser enriquecidos com a dimensão histórica, não apenas porque toda representação se refere a um tempo-espaço, mas porque a própria historicidade está na base de toda transformação social – objeto por excelência dos trabalhos realizados pela corrente inaugurada por Moscovici, que tem recebido significativos acréscimos e abarcado novas temáticas das ciências humanas (JODELET, 2001; WAGNER, 1998) ao longo dos anos.

Ao esboçar um projeto de pesquisa é comum recebermos comentários de amigos, geralmente experientes, que já passaram pela estressante etapa de seleção. O receituário inclui desde uma análise do perfil teórico dos avaliadores ao prosaico mundo das vaidades e predileções acadêmicas. O meu caso foi mais complexo, porém. Para que fique mais claro é necessário apresentar de forma simplificada a minha pesquisa: análise das representações sociais provocadas pela imigração chinesa no Brasil do século XIX (segundo quartel), contexto de formação da identidade nacional. Ouvi a recomendação de que seria proveitosa a apresentação do projeto num programa de doutoramento em história. “Afinal, é um trabalho no qual você vai lidar com fontes”. De outros, inclusive alunos, passei a receber artigos e reportagens sobre chineses: “já que está estudando os chineses...” – e assim sou entulhado (e até gosto) de informações e recortes a qualquer coisa que se refira a chineses, de antigas dinastias ao seriado *kung fu*. Encontrei alguma dificuldade em explicar a pesquisa ou enquadrá-la num “território” definido do mundo acadêmico. “Se você apresentar o projeto em geografia será fácil, pois imigração é um tema muito estudado por nós”, disse um amigo,

enquanto outro foi enfático: “Se não conhece ninguém, desista! É um jogo de cartas marcadas”. Mas o espanto foi maior quando declarei a todos: o trabalho será apresentado em psicologia!<sup>1</sup>

A psicologia sempre me pareceu um território nebuloso que ninguém sabe exatamente onde se localiza: ciência social ou biomédica? Na verdade eu me interessei pela psicologia social, afirmação que está longe de esclarecer o assunto. Não bastassem os problemas epistemológicos da disciplina-mãe, a psicologia social tem suas correntes e conflitos internos em que se digladiam as formas sociológicas e individualizantes de abordagem (FARR, 2006; VALA, 1993; SPINK, 2000). A escolha da psicologia, no caso a psicologia social, teve razão de ser e aqui transcrevo os termos que utilizei no referido projeto de pesquisa: “A tentativa de se mapear por diferentes ângulos a problemática central da pesquisa não se deve a uma anacrônica intenção de retratar o que ‘realmente’ aconteceu”. Ou seja, considere necessário utilizar uma teoria para dar conta, pelo menos em parte, de um fenômeno social complexo. No caso um ramo da psicologia social em sua forma sociológica e que se desvencilhou do individualismo hegemônico da corrente norte-americana.

Está na moda falar de interdisciplinaridade, muito se comenta sobre o rompimento de paradigmas, do holístico e complexo, mas nossas práticas e concepções muitas vezes derivam mesmo de rotulagens ou, como veremos adiante, com maior propriedade, de representações sociais. Historicamente a ciência se descolou da filosofia e criou ramos que correspondem a objetos distintos e muitas vezes irreconciliáveis, pelo menos na forma em que são apresentados. A especialização contribuiu para o avanço das pesquisas em muitas áreas, é inegável, mas criou distorções que são expressas nas críticas feitas ao cientificismo, que pode ser traduzido historicamente numa perspectiva monista. O paradigma de uma ciência única sofre pesadas críticas na atualidade e as pesquisas se abrem para novas alternativas e abordagens (SPINK & MENEGON, 2000, p. 73).

Em ciências sociais, fronteiras muitas vezes arbitrárias separam a história, a sociologia, a antropologia e a psicologia, para ficarmos apenas no campo de nosso interesse (FARR, 2004, p.103). O diálogo que seria extremamente profícuo torna-se difícil em função do repertório teórico que as corporifica. E não são apenas diferenças conceituais, como também humanas em termos de interesses e perfis profissionais construídos ao longo de décadas. Paradoxalmente, a alteridade está consolidada entre estudiosos que se propõem a abordar o fenômeno da alteridade! E aqui se faz presente o conceito de *dupla hermenêutica*,

abordado por Domingues (2003, p. 17): os intelectuais interpretam o mundo mas são parte efetiva-afetiva dele e como tal, objetos historicamente construídos.

A pesquisa que desenvolvo envolve temas que transitam entre as ciências do homem e identidade, memória e representações não são patrimônios exclusivos de qualquer uma delas, o que me deixou à vontade para fazer escolhas. Mas a responsabilidade tornou-se maior. Afinal, qual a compatibilidade, por exemplo, entre o imaginário de Castoriadis (1982) e a teoria das representações sociais de Moscovici (2003)? Como posso utilizar o conceito de memória (LE GOFF, 2003) numa perspectiva sócio-genética (WAGNER, 1998)? E por fim, ao assumir a teoria das representações sociais como instrumento de análise, até que ponto buscar aporte em outras teorias (ou domínios)? Realizar uma pesquisa é uma tarefa complexa e não é a toa que os manuais de metodologia possuem seu *altar* cativo nas livrarias. E não se trata apenas de uma questão de modelo, mas de procedimentos efetivos. Quais são os critérios em que se delinea o *corpus*<sup>2</sup> de uma pesquisa? No meu caso, especificamente, significa ter consciência da seleção de grupos e instituições que sejam representativos do fenômeno pesquisado, sua relação com os processos identitários da época em tensão com as representações sociais sobre os chineses.

É agora evidente minha escolha na Psicologia: a teoria das representações sociais. Uma escola<sup>3</sup> que tem realizado pesquisas em diversas áreas da atividade humana, com predomínio na educação e saúde, pelo menos no Brasil, como evidenciado no último congresso internacional do campo, realizado em Brasília<sup>4</sup> (2007). As pesquisas em história neste campo ainda são tímidas como pude constatar no referido evento, não apenas como participante, mas pela leitura do programa oficial. Mas saí de lá convicto não só da inexistência de incompatibilidade entre as representações sociais e a história, mas ao contrário, de que se trata de um diálogo necessário. Daí as presentes reflexões.

Há menções a temporalidade em obras de psicólogos sociais, o sentido de histórico de um fenômeno ou mesmo à própria história da psicologia. Não é a esse tipo de “história” que nos referimos. A partir de definições apressadas, que situam a história no passado e as representações sociais no presente, a realização de uma pesquisa como a nossa seria praticamente inviável. Então, com a devida prudência, mas enfaticamente, adotaremos duas premissas básicas: 1. não existe representação social fora da história; 2. considerando-a uma forma narrativa, não existe história que prescindia de representações sociais. E frisar que tal diálogo é possível entre uma perspectiva processual de representações sociais e uma história desprovida de determinismos ou “motores”. Ou seja, o fio condutor para um diálogo deve ser

procurado não no nível imediato das pesquisas, mas do paradigma (Kuhn, 1982) que é subjacente tanto às representações sociais enquanto teoria, como à história cultural aqui destacada.

## **2. Representações Sociais: definição**

A tríade do conhecimento é composta em termos tradicionais por sujeito, objeto e o produto desta relação (SCHAFF, 1971). Mas a natureza social da vida humana implica num relacionamento constante entre tais componentes. Assim, por uma questão de coerência teórica, é de fundamental importância adicionarmos o plural e desta forma sairmos de uma concepção solipsista e transcendental do conhecimento. Uma prudência que, entretanto, não elimina problemas decorrentes do dualismo filosófico, alimento de discussões acaloradas há séculos.

Inicialmente, a questão da primazia sobre o processo. A representação é subjetiva ou objetiva? Isto é, o conhecimento deriva “simplesmente” da vontade de sujeitos ou está ligado à natureza dos objetos? E outra não menos importante: sobre a possibilidade de se definir ou obter um conhecimento verdadeiro, isto é, que expresse inteiramente o objeto. Se, parafraseando os sofistas, o homem é a medida do conhecimento, então não há verdades absolutas. Mas talvez apenas os sentidos humanos sejam falhos, num mundo governado por leis inexoráveis. A filosofia grega lutou para se afastar da opinião, criando o *mundo das idéias* ou as *essências* dialeticamente construídas. Sob diferentes roupagens a controvérsia estimulou debates ao longo da história. E o mundo das idéias platônicas se transformou nas *verdades claras e distintas* de Descartes. Mais tarde, já no século XIX, a ciência positivista tornou-se a porta-voz dos ideais da objetividade e assim, mesmo em ciências humanas, só deveria ser estudado o que pudesse ser visto e mensurado. Mas a sombra do ceticismo sempre esteve presente, de Sexto Empírico ao pós-modernismo, passando por Hume, o historicismo de Dilthey e mesmo a fenomenologia. Evidentemente, há diferenças epistemológicas entre as escolas de pensamento – nada desprezíveis – mas é possível visualizar um pêndulo, que oscila entre a subjetividade e a objetividade.

Em termos práticos e sintéticos, foram criados dois paradigmas apoiados em visões de mundo supostamente incompatíveis e que norteiam pesquisas e abordagens excludentes. O

debate que opõe as chamadas pesquisas qualitativa e quantitativa é a roupagem que adquire a questão na década 1980, como nos informa Alves-Mazotti (1996, p.16), em suas considerações acerca dos paradigmas educacionais: “[...] os rótulos quantidade *versus* qualidade tornaram-se pregnantes, cada um deles, aglutinando em torno de si características referentes a outras dicotomias igualmente simplificadoras como descritivo *versus* interpretativo, objetivo *versus* subjetivo, entre outras”. Na atualidade tal debate não provoca tanto alvoroço, embora as perspectiva ainda continuem a produzir pesquisas e livros.

Há certas idéias que possuem “linhagem” e no Ocidente a filosofia grega é a matriz de muitas delas, tais como razão, justiça, verdade, entre outras, que expressam *themata* (MOSCOVICI, 2003). Ou seja, “modos de pensamento que a vida cotidiana sustenta e que são historicamente mantidos por mais ou menos longos períodos [...]” (ibid. p. 218). Tão enraizados que praticamente imperceptíveis, garantem a permanência de estruturas até em contextos caracterizados pelo extremo dinamismo, como nas sociedades modernas. Mesmo as sofisticadas elaborações da filosofia ou da ciência indicam um conjunto de relações sociais as quais estão ligadas e lhes garante sentido.

O termo representação é polissêmico, possui longa tradição e uso. Em geral, indica um “algo” que se insere entre um sujeito e um objeto; e traduz a dualidade básica da existência humana. São imagens, palavras, símbolos, ações e expressões, enfim, decorrentes das atividades e interações humanas – o ser no mundo que se faz no tempo. Assim, utilizada como expressão vaga por diferentes correntes de pensamento, a representação em seus múltiplos usos torna a coexistência possível (e mesmo impossível), de acordo com o contexto histórico. Ainda que, como nos advertiu Sandra Jovchelovitch (2004), não se possa ignorar a predisposição biológica para a atividade cognitiva, a representação só tem sentido na relação com o outro. Chartier (1990, p. 20) expõe-nos a dupla função da representação: “[...]a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém”. Um quadro ou um ator no palco tanto evoca e substitui a realidade que representa, como também pode distorcê-la .

A definição não é nova, mas a teoria das representações sociais não é uma roupagem moderna para o nominalismo ou uma modalidade de negação pós-moderna da realidade. Apresenta-se como uma tendência na psicologia social a partir dos estudos de Moscovici (1978) sobre a forma como a psicanálise foi inserida e apropriada historicamente pela sociedade francesa. Mas não foi fácil à teoria romper as barreiras e penetrar no mundo anglo-

saxão (VANZOLINI S. LEME, 1995). A corrente das representações sociais se opunha ao individualismo da tradição behaviorista e da cognição social, uma reação ao positivismo ainda que tenha em Durkheim seu precursor imediato no uso do conceito.

Moscovici (2001) não deixa dúvidas quanto ao seu débito com Durkheim e Lévy-Bruhl. No que diz respeito ao sociólogo, afirma:

O verdadeiro inventor do conceito é Durkheim, na medida em que fixa os contornos e lhe reconhece o direito de explicar os fenômenos mais variados na sociedade (Durkheim, 1968). Ele o define por uma dupla separação. Primeiramente, as representações coletivas [...] uma ampla classe de formas mentais (ciências, religiões, mitos, espaço, tempo), de opiniões e saberes sem distinção (p. 47).

O conceito de representação coletiva de Durkheim procura dar conta de fenômenos que caracterizam e mantêm a vida em sociedade. Mas ao priorizar os processos de manutenção das instituições sua sociologia se mostra pouco preocupada em explicar a mudança. Evidentemente seu projeto era consolidar a sociologia como uma ciência nos moldes estabelecidos pela corrente positivista do século XIX. Ao eleger as representações sociais como seu objeto por excelência, Moscovici desenvolve uma teoria que prioriza a mudança. Como por exemplo: “[...] o que acontece quando os atores sociais são levados a desenvolver práticas sociais em contradição com seu sistema de representação” (ABRIC, 1998, p. 35). Neste caso, quando a solidariedade é perturbada, ao serem abalados os alicerces de sua comunhão, são mobilizados esforços promotores de um novo equilíbrio: “[...] quando a novidade é incontornável, à ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem com o objetivo de torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no pensamento preexistente” (Jodelet, 2001, p. 35).

Na vida social equilíbrio e desequilíbrio caracterizam processos dinâmicos nos quais as representações são sistematicamente atualizadas, o que não significa dizer que sejam desprovidas de estabilidade e mudem ao bel prazer das vontades individuais. Ao contrário, enquanto atividade social produtora de significados e sentidos revela-se independente e provida de uma lógica inerente ao contexto social em que é produzida (WAGNER, 1998). Portanto, mais que um símbolo descolado do real ou que lhe dá simplesmente substrato, as representações são *ambientes de pensamento*, sua força reside nos processos de socialização que as tornam uma forma independente de conhecimento e distorção da realidade. E nas sociedades em que são criadas, a partir de um imaginário que se perde no tempo, as representações circulam e se chocam em constante atrito com a própria dinâmica do dia-a-dia.

A estabilidade das representações é garantida por seu aspecto compartilhado, consensual e nesse sentido pouco importa sua base real. Não há sentido ou mesmo utilidade em afirmar a existência da realidade por si mesma – um mundo objetivo – tal como pugnam os “realistas” de diferentes matizes, se ela só é conhecida por suas representações. Elas, as representações, se tornam tangíveis para o grupo considerado já que seus membros **acreditam** em sua existência. A representação é não apenas a expressão simbólica da realidade como sua via de acesso, ou seja, deriva da atividade do homem e a direciona, é simultaneamente produto e processo. Refere-se à transformação do não-familiar em familiar, quando o novo é incorporado a categorias preexistentes e se torna senso comum. Na perspectiva desta teoria, e das pesquisas por ela motivadas, significa apreender a **ancoragem** e a **objetivação** em que são geradas e desenvolvidas. O foco é o senso comum, a maneira como as pessoas pensam. Neste sentido, a teoria das representações sociais rompe com as tradições que desdenham o conhecimento do homem comum, seja por considerá-lo falsa consciência (ideologia) ou pura ignorância.

Alicerce das identidades e, conseqüentemente, o ponto de partida para as diferenças, as “representações estão presentes tanto ‘no mundo’ como ‘na mente’” (FARR, 1994, p.46), portanto, elementos indissociáveis do processo cognitivo de estar no mundo, pois realizam a mediação “entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói” (JOVCHELOVICTH, 1994, p.78). Em termos de uma psicologia social significa referir-se a formas de pensamentos produzidos na esfera pública e que se consolidam nas comunicações do grupo. As representações, afirma Denise Jodelet (2001, p.17), “são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens”, ou seja, orientam as ações compartilhadas (comunicação) e as condutas individuais.

A partir dos estudos de Moscovici, desponta uma teoria que se discute sistematicamente e a preocupação epistemológica é constante em trabalhos de representações sociais. As pesquisas abrangem diversos segmentos da atividade científica, sem respeitar as fronteiras tradicionais cunhadas pela especialização acadêmica, tais como educação, saúde, comunicação e ciência, memória e cultura (Arruda, 2005, p. 60). Portanto, impulsionada pela psicologia social, a teoria ganhou fôlego e ampliou não apenas suas aplicações, como também é possível observar algumas tendências divergentes. Como não poderia deixar de ser, na esteira do sucesso surgiram críticas, notadamente internas, no seio da psicologia social. Em geral, como observa Vanzolini S. Leme (1995), referiam-se à ausência de definição do próprio conceito de representação social. A autora cita trechos de Moscovici em que a

ausência de precisão conceitual é admitida (ibid., p. 56). Ao contrário do que supõe a autora, acredito que a dimensão alcançada pela teoria exige a busca de autores que se preocuparam com a sistematização do conceito, notadamente Denise Jodelet.

### **3. História e Representação Social**

O trabalho de pesquisa a que nos dedicamos no momento se situa entre domínios consagrados das ciências humanas: a história e a psicologia social. A questão central da pesquisa é compreender as representações sociais sobre chineses no segundo quartel do século XIX, no momento em que segmentos da sociedade brasileira discutiam: 1. a identidade nacional – quem pode ser considerado brasileiro; 2. e as perspectivas do mercado de trabalho pós-escravidão.

Identidade, memória e representações são temas comuns a obras de historiadores e psicólogos – e poderiam ser incluídos neste rol sociólogos e antropólogos. A pergunta é inevitável: a teoria das representações tem como aplicação somente questões do tempo presente? E se assim for não haverá, então, incompatibilidade entre a teoria e a história? Não as representações em geral, mas tal como formuladas por Moscovici e Jodelet. Ou, ao contrário, é possível utilizá-las enquanto teoria capaz de dar suporte a trabalhos de cunho historiográfico, como o nosso, caracterizado por sua natureza temporal? No tópico anterior, a intenção foi caracterizar as representações sociais epistemologicamente. Agora, o mesmo se faz necessário, afinal, de que história ou corrente historiográfica estamos falando?

Ultrapassada a fase de hegemonia positivista e sua pretensão de contar os fatos como realmente ocorreram<sup>5</sup>, a historiografia “explodiu” em correntes distintas e mesmo antagônicas, como nos relata o historiador britânico Keith Jenkins (2001):

Quem você gostaria de seguir? Há Hegel, Marx, Dilthey, Weber, Popper, Hempel, Aron, Collingwood, Dray, Oakeshott, Danto, Galie [...] Ou você prefere os empiricistas modernos, as feministas, a escola dos Annales, os neomarxistas, os neoestilistas, os econometristas, os estruturalistas ou mesmo o próprio Marwick? (pp. 36-37)

Provavelmente em nenhuma área o *combate*<sup>6</sup> é tão acirrado, principalmente se considerarmos que as próprias correntes se ramificam em outras tantas. Muito já se discutiu quanto às possibilidades de uma ciência da história, o que não a impediu de continuar produzindo novos e bons frutos, como a história cultural e a micro-história, por exemplo. O *boom* editorial se traduziu em filmes, livros, revistas e até a ressurreição das biografias e obras de memorialistas. Existe, portanto, a história dos especialistas, divididos por suas teorias e concepções filosóficas, a história do homem comum, que a vive e representa ao lado daquela que é ensinada nas escolas em livros didáticos e publicações. A pergunta do filho de Bloch “para que serve a história”<sup>7</sup> foi transformada por Jenkins (op. cit.) em para **quem** serve a história. Para usar um jargão comum entre os historiadores, o *ofício* do historiador continua em debate, mas a história dos historiadores deve se contrapor ao senso comum, pelo menos é o que nos recomenda Le Goff (2003, p. 29) em obra já clássica: “É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e pela *mass media*, corrija esta história tradicional falseada”. Esse modelo clássico não se coaduna certamente com a teoria das representações sociais.

A história enquanto saber humano pode ser considerado essencial às sociedades, haja vista sua ancestralidade e existência em distintas sociedades. Neste sentido, é uma produção tipicamente humana, o que levaria no século XVIII o filósofo Vico a afirmar que, ao contrário da natureza, somente a história poderia ser objeto pleno do conhecimento, afinal “só se conhece o que se criou” (apud REIS, 2005, p.220). Decididamente a História se afasta (ou tenta) da metafísica (filosofia da história) e da literatura para se fazer ciência. Evidentemente o inconveniente de uma visão panorâmica é a generalidade. O positivismo se tornou majoritário no século XIX e meados do XX, mas não sem ferrenhas oposições.

Ao definir o objeto por excelência da história, Braudel (1992) distingue a longa e a curta duração. O tempo longo seria o campo do historiador e o curto objeto das demais ciências do homem. Já foi o tempo em que tal distinção era de alguma forma respeitada. Da pretensão de uma *história total* a uma *história em migalhas*<sup>8</sup>, as concepções foram acompanhando as mudanças da sociedade e as certezas de um tempo iluminista, governado pela razão, foram substituídos pelas incertezas da pós-modernidade.

A pluralidade de correntes aproximou a história de abordagens típicas de outras ciências do homem e assim o conceito de fonte foi ampliado. Num primeiro instante, o movimento de renovação na França criou a chamada escola das mentalidades. E aqui temos

nossa primeira aproximação com as Representações Sociais. Para Moscovici (2001, p.45), os estudos sobre mentalidades fizeram com que o conceito de representação coletiva não fosse relegado ao esquecimento. Entretanto, se as mentalidades representaram um novo eixo temático, abarcando elementos do imaginário e da cultura, em termos metodológicos os procedimentos continuaram os mesmos que contribuíram para popularizar a história social. As críticas pesadas às séries estatísticas e aos modelos generalizantes acabaram por reduzir a história, seja repetida a expressão de Dosse a migalhas - ou seja, fracionada em correntes cada vez mais díspares, tanto que a relação de Jenkins, acima, certamente está defasada.

De um modo geral, desde Dilthey são feitas por historiadores incursões no campo da psicologia e vice-versa. Mas nessa busca por novos horizontes a utilização do conceito de representação por historiadores é central na obra de Roger Chartier e sua história cultural. Além de usar o conceito de representação destacadamente, Chartier (1990) faz menções a Durkheim e a Lévy-Bruhl, autores que influenciaram Moscovici, e a relação daqueles com a escola dos *Annales*.

A importância dos ensaios de Chartier está em que exemplificam e discutem uma mudança na abordagem, como ele diz, “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”. Isto é, os ensaios sugerem que o que os historiadores anteriores, pertencentes ou não à tradição dos *Annales*, geralmente aceitavam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente constituídas ou “construídas”. **A sociedade em si mesma é uma representação coletiva.** (Burke, 1990, p.98; o negrito é nosso).

Com efeito, Chartier (1990) critica a concepção de um social que existe por si mesmo e gera representações entendidas como meros reflexos ou epifenômenos. Tal concepção não se expressa apenas na percepção ortodoxa que reivindica a primazia da infra-estrutura sobre a superestrutura. Senão vejamos:

A estratégia da abordagem conceitual poderia começar com a noção de representação. Representação, diz Le Goff, é tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição de realidade. (PESAVENTO, 1995, p. 15)

Aqui a representação aparece basicamente em sua função de estrutura estruturada (SPINK, 1995, p. 120). Entretanto, como estrutura estruturante, as representações (sociais)

oferecem matrizes sobre as quais o pensamento trabalha. Ao serem propostas como uma interface entre sujeitos e objetos, as representações sociais assumem o estatuto de ambiente de pensamento. Mas voltando a Chartier, percebe-se que sua aproximação à teoria das representações sociais é evidenciada pela aceitação da primazia do coletivo durheimiano. Ao comentar as mentalidades, afirma:

A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, próxima da dos sociólogos da tradição durkheimiana, pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos do pensamento que, embora enunciados sobre o modo do individual, são de facto os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores (CHARTIER, 1990, p. 41)

Em Chartier, “seu conceito de representação visa ao mesmo objetivo central de Bourdieu: ultrapassar nas ciências sociais – e, portanto, na história –, a oposição entre ‘física social’ e ‘fenomenologia social’” (CARDOSO, 2000, p.16). Para o historiador francês a história é uma narrativa e na atualidade se preocupa menos com as estruturas que com as redes onde se desenvolvem as *estratégias* indispensáveis à vida social. Uma narrativa, mas não uma forma de literatura, pois a história se remete a fontes e ligações intersubjetivas. Pode ser criativa, mas não inventada ao bel prazer do historiador. Chartier não faz qualquer menção ao trabalho de representações desenvolvidos na psicologia social; suas influências explícitas (1990; 1994) são principalmente Elias e Bourdieu, mas é possível também detectar com facilidade seu diálogo com Certeau, Veyne, entre outros, nada ortodoxos em termos epistemológicos. Não apenas Chartier e seu conceito de **apropriação** (BURKE, op, cit, p. 99), como demais autores da História Cultural – aqueles que assumem uma dimensão antropológica em suas análises na busca de uma “poética da história” (DIEHL, 2002, p. 123) – oferecem a meu juízo suporte para trabalhos em que a dimensão histórica das representações sociais seja requisitada.

#### **4. Pontos de contato**

Optei pela teoria das representações sociais por considerá-la um instrumento consistente de pesquisa e circular com desembaraço entre os diferentes segmentos da ciência,

o que se constitui no segredo do seu sucesso, como destaca Vanzolini S. Leme (op. cit.) ao afirmar que a preocupação de Moscovici foi abrir um campo de pesquisa flexível e não um paradigma magro e solitário<sup>9</sup>.

Apesar de utilizar temas caros aos trabalhos de historiadores, como memória e identidade, nem sempre a dimensão histórica das representações sociais tem recebido o devido destaque ou aparece apenas em referências ligeiras. O contexto social é realçado e não poderia ser de outra forma, pois a representação é sempre integrante de um todo mais amplo com o qual se articula. O trabalho que desenvolvo segue provocando estranheza (ancoragens?) em minhas conversas e solicitações de ajuda a historiadores e psicólogos. Os primeiros, ao ouvirem falar em representação se apressam em endossar as críticas a Chartier, afirmando que seu trabalho é inconsistente. E além das supostas inconsistências teóricas de sua história cultural (PESAVENTO, op. cit.; Cardoso, 2000), ele seria um pós-moderno! Com relação às representações, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2000, p. 10) afirma:

Em minha opinião, a noção de representação social pode ser útil, operacionalmente, em muitos de seus usos e conceituações [...] Pessoalmente, pertencço ao grupo de daqueles que acham pelo contrário, que, quando se tenta absolutizar essa noção – quando ela é tomada literalmente –, ela entra “em conflito com o fato óbvio de que não criamos mundos, mas sim que estamos em um”: um mundo físico que indubitavelmente não criamos e que nos precede [...]

E conclui: “Os psicólogos sociais, felizmente para eles, não parecem sentir a tentação de tudo reduzir às representações coletivas: estas constituem um de seus domínios de trabalho” (p. 23). Mas não se trata apenas de uma questão de domínio ou reserva de mercado. Agnes Heller (2000), por exemplo, realiza uma relação entre cotidiano e história em que utiliza conceitos como o de imitação e motivação. Assim, é preciso também conhecer os referenciais dos autores que utilizamos, como no caso da historiadora marxista. As correntes possuem especificidades, é preciso admitir, e as conexões não podem ser estabelecidas de forma arbitrária, embora tal prudência não possa significar um legítimo impedimento. Seja como for o tempo das ortodoxias tem cedido vez às experimentações, rompimentos de barreiras, o que talvez se configure num movimento tão inexorável quanto estimulante (LINCOLN & GUBA, 2003, P.170).

As conexões foram perdidas somente no emaranhado de conceitos produzidos ao longo do tempo. Mas os contatos são perceptíveis. Por exemplo:

[...] caracterizar o Oriente como estranho e incorporá-lo esquematicamente num palco teatral cujo público, gerente e atores estão voltados para a Europa, e apenas para a Europa. Por isso a vacilação entre o familiar e o estranho; Maomé é sempre o impostor (familiar, porque ele pretende ser como o Jesus que conhecemos) e sempre o oriental (estranho, porque, embora seja em alguns aspectos “semelhantes” a Jesus, afinal ele não é como Jesus). (EDWARD SAID, 2007, p.113)

O autor ao caracterizar o **orientalismo** praticamente esboça os processos de ancoragem e objetivação das Representações Sociais. Seu trabalho é um esforço no sentido de demonstrar como um imaginário “oriental” foi construído e consolidado ao longo dos séculos e continua a permear as ações e políticas não só das potências quanto dos intelectuais que lidam com os povos do leste. Edward Said faz referências constantes ao **discurso**, cita Foucault com frequência, teoriza sobre um processo de alteridade, portanto.

As representações sociais expressam a tensão constante do cotidiano e suas demandas históricas. Muitas vezes o conteúdo das representações parece desafiar o tempo (themata) e não há como prever ou antecipar o seu fim; a história não tem uma direção linear como supunham os evolucionistas do dezanove. Do ponto de vista das representações sociais, o novo, estranhado, torna-se familiar e dotado de um sentido, amálgama entre a novidade e o já conhecido. A representação então materializada no senso comum adquire “vida” própria como produto da atividade social (MOSCOVICI, 2003, p.38). Há uma lógica interna, um sistema de categorizações e hierarquias que as tornam um sistema de pensamento, não do indivíduo, mas inerentes ao todo do qual faz parte. Portanto, as representações estão na base do senso comum, nos processos de comunicação e interação cotidianos, quando então emulam os quadros de referência para a ação (JODELET, 2001). Tal é a essência da mudança social e dos processos constituintes da identidade e da alteridade; que no repertório conceitual desta corrente são chamados de ancoragem e objetivação. Sendo sociais, as representações são inevitavelmente históricas, produzidas em contextos que resultam de processos sucessivos e em direções possíveis; seu caráter simultaneamente estruturante e estruturado é um embate entre o passado e o presente. E assim, afirma Moscovici, “o passado é mais real que o presente” (2003, p. 38).

Após tais considerações podemos afirmar que o diálogo entre a história e a teoria das representações sociais não é só possível como fundamental. Principalmente naquelas fronteiras em que a proximidade é mais visível, nas reflexões que tratem de memória,

identidade e alteridade. O contexto para articulações é favorável, como se depreende das inquietações do historiador Diehl (op. cit., p. 123):

Pois bem, a pergunta instigante é a seguinte: por que a memória coletiva e individual assume atualmente um papel central na historiografia? Penso ser possível mapear argumentos centrais, entre outros. O primeiro argumento vincula-se à crise da História como ciência, enquanto o segundo relaciona-se com as formas de representação histórica, ou melhor, a narração histórica (a poética da história)

Durante a realização da V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações sociais, realizada em 2007, diariamente, conforme se observa na programação oficial do evento, foram realizados grupos temáticos em “memória, história, e cultura/política”<sup>10</sup>. Na oportunidade apresentei minha pesquisa ao grupo com a premissa de que os processos de ancoragem e objetivação são “cristalinos” numa perspectiva histórica. Ou seja, a novidade (a imigração chinesa), a reação ao novo (debates sobre identidade, mercado de trabalho) e sua acomodação ao sistema preexistente (teorias raciais, exclusão do trabalhador chin), constam em documentos, matérias de imprensa, discursos, entre outras práticas de natureza social que materializaram o fenômeno – são *indícios*, para usar um termo caro à micro-história (GINZBURG, 2007).

A realização da pesquisa em todos os seus objetivos tem demandado uma “caixa de ferramentas”, que além da teoria das representações sociais inclui a obra de diferentes segmentos das ciências humanas. Sob a égide da alteridade, a imigração causou mais bate-boca e mal estar que entrada de trabalhadores no Brasil. E os que vieram simplesmente “desapareceram”!

## **5. Conclusão: sobrevivendo aos conceitos.**

Ao longo do presente ensaio expus minhas inquietações metodológicas, pois realizo uma pesquisa situada entre a psicologia social e a história, setores das ciências humanas que dialogam apenas esporadicamente. Ao destacar as representações sociais das coletivas Moscovici elegeu como objeto de seus estudos os contextos caracterizados pela mudança. Evidentemente sociedades primitivas ou mesmo sociedades ocidentais pré-modernas não

estão incluídas neste rol. A meu juízo tal perspectiva não torna sua abordagem incompatível com a dimensão temporal. Ao contrário, a historicidade é componente fundamental à compreensão das representações sociais. Mas não de um tempo que se traduz apenas em documentos arquivados a esperar pelas perguntas adequadas, Chartier (1990) apontou com propriedade as dificuldades da hermenêutica e do método compreensivo. A velocidade das transformações recobre muitas vezes as permanências, as ressignificações, as ausências e diferenças. As novas abordagens sugerem não apenas um contexto de renovação científica, mas também transformações mais profundas, nas quais aquele “outro” que a modernidade excluiu passa a ter voz. A palavra chave deste processo, àqueles que se dispõem a entender o que está acontecendo, é interpretação – “posto que o sentido verdadeiro ou real nos chega sempre mascarado ou deformado por ideologias” (GADAMER, 1996, p.19).

A formação da identidade nacional brasileira projeta questões ainda hoje discutidas e mal resolvidas. Dos projetos das elites que historicamente se debatem entre idéias importadas ou geradas nas entranhas de um ufanismo tropical à cultura que se ergue das entranhas do cotidiano popular, alheio às teorias científicas, esse “quem somos nós” é não somente uma questão como uma grande fonte de problemas crônicos. Por fim, ao me propor estudar o ingresso de chineses no Brasil sob a ótica das representações sociais, a intenção não é pesquisar a cultura oriental, esse amálgama colonialista de generalizações e preconceitos, como foi bem demonstrado por Said (2007).

A ancoragem do *coolie* remexeu o simbolismo encravado na memória de uma nação que ainda não se constituíra plenamente. E assim nos remeteu a um tempo e uma dinâmica que simplesmente extrapolavam os limites do fenômeno. Para dar conta de tamanha complexidade, lanço mão do manuseio de fontes documentais e constantemente transgriro os arames farpados que separam as ciências sociais. Representações Sociais, alteridade, identidade, imaginário, modernidade – enfim, conceitos de alta complexidade em associação à pesquisa empírica. Além dos cortes virão as dores, certamente imprescindíveis a bons resultados.

## **NOTAS**

1. Meu ingresso no programa de doutorado em psicologia da UFRJ levou em conta o projeto, exames de seleção e entrevista, nada que possa se assemelhar a uma confraria, portanto.

2. Para uma análise da questão, conferir BAUER, W M. & Aarts Bas. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 3ª edição.
3. No sentido utilizado por Marcos de Souza Freitas (1999), cf. p. 12 e nota.
4. Realizado em Brasília, entre os dias 31 de julho e 07 de agosto de 2007, é um evento que ocorre a cada dois anos, em diferentes cidades, conf.  
<http://www.gosites.com.br/vjirs/principal.asp>
5. Quase um bordão nas críticas ao positivismo e sua pretensão.
6. Também em alusão à outra obra clássica, de autoria de Lucien Febvre, **Combates pela História**, Lisboa: Editorial Presença, 1989. 3ª edição.
7. Marc Bloch, **Introdução à História**, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976. p. 11.
8. Para maiores esclarecimentos sobre a expressão, a análise de Reis (2005), principalmente o capítulo 2, p. 73.
9. Expressões da autora, p. 56.
10. Programação oficial do evento realizado entre 31/0 a 03/08/2007, em Brasília, não publicado, mas sob a chancela do Centro Internacional de Pesquisas em Representações e Psicologia Social – LAPsiS, Laboratório de Psicologia Social do Desenvolvimento – Instituto de Psicologia / Universidade de Brasília. Disponível também em <http://www.vjirs.com.br>.

### **Referências Bibliográficas:**

- ABRIC, Jean-Claude. *A Abordagem Estrutural das Representações Sociais*. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de. (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiás: A-B Editora, 1998.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O Debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação**. São Paulo, Cadernos de Pesquisa, n. 96, p. 15, 23, fev. 1996.
- ARRUDA, Ângela. *Pesquisa em Representações Sociais: a produção em 2003*. In: MENIN, Maria Suzana S. & SHIMIZU, Alessandra de Morris (Orgs.). **Experiência e Representação Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929 – 1989**. São Paulo: Unesp, 1997.
- DIEHL, Antônio Astor. **Cultura Historiográfica. Memória, identidade e representações**. São Paulo: Edusc, 2002.
- CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (Orgs.). **Representações – Contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- \_\_\_\_\_ **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113. Disponível em:  
<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/140.pdf>
- DOMINGUES, José Maurício. **Do Ocidente à Modernidade. Intelectuais e mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- FARR, Robert. *Representações Sociais: A Teoria e sua História*. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_ **As Raízes da Psicologia Social Moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 6ª. edição.
- FREITAS, Marcos de Souza. **Da Micro-História à História das Idéias**. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1998.
- GADAMER, Hans Georg. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- HELLER, Agnes. **Cotidiano e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_ *Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Uerj, 2001
- \_\_\_\_\_ **Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

- LINCOLN, Y. S & GUBA, Egon G. *Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes*. In: DENZIN, N. K & LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. Teorias e Abordagens**. Rio Grande do Sul: Artmed & Bookman, 2003. 2ª edição.
- JODELET, Denise. *Representações Sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Uerj, 2001
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sócias*. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia Social, Saber, Comunidade e Cultura**. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 20-31; maio/ago. 2004. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2.pdf>
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Contexto, v. 15, nº 29, 1995, pp. 9-27.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 4ª. edição.
- SPINK, Mary Jane. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais*. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- SPINK, Mary Jane & MENEGAN, Vera Mincoff. *A Pesquisa como Prática Discursiva: superando os horrores metodológicos*. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000. 2ª edição.
- WAGNER, Wolfgang. *Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais*. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de. (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiás: A-B Editora, 1998.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VALA, Jorge. **As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social**. *Revista do Instituto Social da Universidade de Lisboa*, vol. XXVIII (123-124). 1993 (4º- 5º). 887-919.

VANZOLINI S LEME, Maria Alice. *O impacto da teoria das Representações Sociais*. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano. As representações na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.